



CURRÍCULO: A TEIA DOS ARRANJOS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

OLIVEIRA, Diene da Silva¹; SILVA, Cristiane Alves da²; REIS, Sonia Maria Alves de Oliveira³

¹ Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – Campus XII, bolsista PIBID/UNEB, membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Paulo Freire (NEPE). E-mail: dienegbi@hotmail.com; ² Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – Campus XII, bolsista PICIN/UNEB, membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Paulo Freire (NEPE). E-mail: cris_silvacte@hotmail.com.br; ³ Professora Doutora da Universidade do Estado da Bahia – Campus XII, membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Paulo Freire (NEPE). E-mail: sonia_uneb@hotmail.com.

EIXO TEMÁTICO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

RESUMO

O presente trabalho, ainda em andamento, tem como problemática investigativa o seguinte questionamento: como o currículo escolar e as práticas educativas dele derivado podem emancipar e/ou marginalizar os estudantes com necessidades educacionais especiais na EJA? Para viabilizar este questionamento, nossa pesquisa será norteada pelos seguintes objetivos: destacar as teorias que versam sobre currículo e suas contribuições para a compreensão da dinâmica curricular na Educação de Jovens e Adultos; perceber, por meio da análise do currículo formal, em ação e oculto, os conteúdos que fortalecem a relação entre currículo e poder; identificar os conteúdos negativos e/ou positivos ensinados por meio das práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos; analisar as práticas/metodologias realizadas na sala de aula observando se há professores que resistem à legitimação das desigualdades sociais ou se eles apenas reproduzem as desigualdades e a exclusão; identificar como ocorre (ou não) o processo de inclusão dos educandos com necessidades de atendimento educacional especializado por meio do currículo escolar e, finalmente, conhecer o que dizem as teorias do currículo acerca da inclusão ou exclusão dos alunos da EJA.

Acreditamos ser importante conhecer e compreender as relações de poder que estão eivadas no currículo e a quem este poder favorece. Assim, esta pesquisa configura-se de fundamental relevância para pedagogos, estudantes de cursos de licenciaturas, demais profissionais da educação e a sociedade em geral, já que é também por meio da educação que os arranjos sociais são internalizados e reproduzidos assim como os preconceitos e as discriminações, daí nota-se a necessidade de produções acadêmicas que discutam esta temática.

Segundo Silva (2005), podemos enumerar três teorias que versam sobre o currículo: a teoria tradicional, a teoria crítica e a teoria pós-crítica. Cada uma delas apresentam reflexões essenciais para a compreensão de como o currículo se constitui e se materializa na escola.

As teorias tradicionais voltavam-se, sobretudo, para as questões de técnica e de organização do currículo, no como fazer o currículo. Para tanto, baseavam-se em especificar objetivos, métodos e padrões de avaliação rigorosamente precisos. O



conhecimento era dado e tido como legítimo, no sentido que as teorias tradicionais simplesmente reproduziam o que lhe era posto como hegemônico sem se preocupar, por exemplo, com os interesses dominantes e as relações de poder que estavam por trás da estruturação dos currículos escolares.

Indo em oposição a essa concepção, surge a partir da década de 60 uma nova teorização sobre a educação e sobre o currículo, como pode ser evidenciada em Silva (2005, p. 29),

[...] a década de 60 foi uma década de grandes agitações e transformações. Os movimentos de independência das antigas colônias europeias; os protestos estudantis na França [...], os movimentos de contracultura; o movimento feminista; a liberação sexual; as lutas contra a ditadura militar no Brasil: são apenas alguns dos importantes movimentos sociais e culturais que caracterizaram os anos 60. Não por coincidência foi também nessa década que surgiram livros, ensaios, teorizações que colocavam em xeque o pensamento e a estrutura educacional tradicionais.

É nesse contexto que as teorias críticas surgem para questionarem a forma acrítica e ingênua que as teorias tradicionais viam o currículo e a escola. As teorias críticas vêm desconstruir a ideia de neutralidade da escola e do currículo, uma vez que para elas existe uma relação direta entre o currículo e o poder. O currículo para estas não é neutro e desinteressado, mas repleto de interesses capitalistas e de grupos dominantes. Afirmam que a escola, por meio do currículo, reproduz os arranjos sociais existentes, ou seja, reproduz as desigualdades sociais e, através de seus mecanismos ideológicos, convence as pessoas que estes arranjos são bons.

Se as teorias críticas focalizaram sua atenção nas questões de classes sociais, as teorias pós-críticas vão muito mais além. Partem da concepção de que não podemos restringir nossa compreensão das relações de poder presentes no currículo simplesmente nas questões de classe, mas que essas relações permeiam a educação em vários outros aspectos como, por exemplo, “[...] os processos de dominação centrados na raça, na etnia, no gênero e na sexualidade”. (SILVA, 2005, p. 149). Cabe, pois, a todos nós, também analisá-los como instrumentos de desigualdades e exclusão social. O currículo é algo bem mais complexo do que imaginamos. Muito além de um conjunto de disciplinas rigidamente distribuídas, como é por muitos compreendido, o currículo escolar está permeado por relações e interesses de grupos antagônicos na sociedade.

Aqui surge então os questionamentos: que tipo de educação tem sido dada aos alunos da EJA? Como estes sujeitos estão sendo contemplados nos currículos formal e em ação? O que está oculto no currículo e nas práticas pedagógicas desenvolvidas nos espaços e tempos da sala de aula?

Tais atitudes de inquietude e questionamento se tornam essencialmente importantes quando paramos para analisar como, de fato, esses sujeitos jovens, adultos, idosos, negros, pobres, deficientes, etc.; são percebidos nos currículos. Segundo Arroyo (2011) estes estão sendo ocultados e até mesmo invisibilizados nas políticas curriculares, principalmente, quando afirma:

Há coletivos que não são reconhecidos como atores, apenas como beneficiados agradecidos ou mal-agradecidos de uma história cultural, pedagógica, política, econômica construída e conduzida pelos grupos hegemônicos detentores do poder, da terra, da



riqueza ou do conhecimento e da ciência e da cultura. Há uma ausência seletiva de sujeitos sociais, étnico-raciais, de gênero, dos campos e das periferias; dos trabalhadores. (2011, p. 138).

Percebe-se que o que é tido socialmente como conhecimento legítimo, como história e cultura válida e exemplar é aquela que está, inconfundivelmente, relacionada aos grupos abastados da nossa sociedade. O que os “outros” produzem não importa, o que possuem de saberes, culturas e histórias muito menos uma vez que “[...] os currículos selecionam uns coletivos sociais e segregam e ignoram outros”. (ARROYO, 2011. p. 139). Logo, falar sobre os processos de exclusão e/ou inclusão na educação de jovens e adultos é um grande desafio, pois é necessário, antes de tudo, que nos debruçemos sobre todo o contexto histórico social que a EJA construiu e que ela própria requer para existir, já que falarmos dela é adentrarmos um mundo de exclusões, de significados, de lutas e de necessidades de reparações.

Devido ao problema de pesquisa exigir uma investigação aprofundada, detalhada e minuciosa, será desenvolvida uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa. Logo, utilizar-se-á os seguintes instrumentos de pesquisa: entrevista semiestruturada, observação e análise documental.

A entrevista será realizada com os gestores, professores e alunos, pois se objetiva conhecer as percepções destes sujeitos acerca dos pressupostos que orientam o currículo da instituição a ser investigada. O segundo instrumento de pesquisa a ser utilizado é a observação, uma vez que também encontraremos respostas para nossas indagações ao utilizar o nosso olhar analítico acerca dos fenômenos que vão acontecendo no decorrer da investigação e que só podem ser compreendidos no contexto do dia-a-dia. O terceiro e último instrumento de pesquisa a ser empregado na investigação é a análise documental, uma vez que pretendemos utilizar os planos de aula da instituição investigada, além dos referenciais curriculares, como recursos para a coleta de dados. A análise dos planos de aula nos possibilitará compreender como o currículo formal está organizado e qual é a ligação que este estabelece com o currículo em ação na escola.

A análise dos dados qualitativos coletados durante a investigação será enfocada com base na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977). Desse modo, as diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, sendo que este último se subdivide em: inferência e a interpretação.

Palavras-chave: Currículo; Inclusão; Educação de Jovens e Adultos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1997. 226p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.